

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM DOCUMENTO BUROCRÁTICO QUE ASSEGURA O PROCESSO DEMOCRÁTICO NO AMBIENTE ESCOLAR.

Mariah Burnier de Moraes¹
Susane Nogueira de Alencar Telles²
Thais Francimaira Militão Medrado³
Desiré Luciane Dominschek⁴

RESUMO

Este trabalho, que é uma pesquisa ainda em desenvolvimento, é vinculado a Iniciação Científica, ao Grupo de Pesquisa GHESP e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) UNINTER, que tem o intuito de analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves situada na cidade de Curitiba- PR. O trabalho foi realizado através da análise bibliográfica aliado a pesquisa documental do PPP da escola objeto deste estudo. Sendo necessário se verificar quais pontos devem contemplar esse projeto, quais os precedentes legais para a sua regulamentação, como deve ser elaborado, qual a importância desse documento dentro da escola. Após analisar o que deve compor o PPP, foi estudado esse documento da E.M. Rachel Mader Gonçalves, para verificar se ele está de acordo com as normativas e como ele dialoga com a comunidade em que está inserido, em especial dando uma maior atenção para os projetos sociais desenvolvidos pela escola e como eles amparam e atendem a comunidade que faz parte do grupo escolar.

Palavras-chave: Projeto Político- Pedagógico, Comunidade escolar, Projeto Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto dos estudos realizados na Iniciação Científica, do Grupo de Pesquisa GHESP, junto à participação dos autores no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) UNINTER, com o intuito de analisar o Histórico das atividades pedagógicas - Projeto Político Pedagógico também conhecido como PPP- da Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves, situada em Curitiba – PR.

Para isso se fez necessário analisar o que é o PPP, qual a sua função dentro da escola e como esse é um documento burocrático que assegura o processo democrático dentro da

¹ Bacharelanda em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Orientanda do grupo de pesquisa GHESP e Bolsista do PIBID/RP UNINTER, mariahburnier@gmail.com

² Graduando em Segunda Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Orientando do grupo de pesquisa GHESP e Bolsista do PIBID/RP UNINTER, susanealencar@gmail.com;

³ Pedagoga, Psicopedagoga, especialista em Educação Especial Inclusiva Educação de Jovens e adultos ,Especialista em Transtorno do Espectro Autista, thaismedrado997@gmail.com

⁴ Professora Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), integrante do HISTEDBR, líder do grupo de pesquisa GHESP e coordenadora do PIBID/RP UNINTER, desire.d@uninter.com.

instituição escolar com o intuito de integrá-la com a comunidade, refletindo diretamente no processo educacional e como a escola é um local para a formação transformadora.

Após compreender a importância desse documento será feita uma breve análise histórica de quando esse documento passa a ser utilizado e das diretrizes legais que o regulamentam, se o PPP é um documento imutável ou passível de atualizações. Verificado esses pontos gerais acerca das funções do PPP o olhar da pesquisa será voltado para a Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves, onde será analisado o PPP da instituição e como esse documento dialoga com a própria escola e com a comunidade em que está inserido.

METODOLOGIA

Para a elaboração desse artigo foi realizada a pesquisa bibliográfica.

É aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Aliada da análise documental e da verificação de precedentes legislativos necessários para a elaboração do PPP.

REFERENCIAL TEÓRICO

O PPP é um documento onde conta toda a proposta educacional da escola e o papel que cada um desempenha dentro da comunidade escolar, atribuição de responsabilidades, descrição de desafios que serão enfrentados e quais os procedimentos a serem adotados para supera-los. Ou seja, é um documento que vai definir as estratégias adotadas pela a escola, com o papel norteador para se melhorar a gestão tornando-a mais eficiente e organizada, além dessas questões é responsável por incluir a realidade cultural e socioeconômica em que a escola está inserida. É um documento que permite alterações ao longo dos anos, principalmente na parte pedagógica.

(...) pensar a escola enquanto espaço de formação é pensar num ambiente que planeja aquilo que tem intenção de realizar, organiza seu trabalho pedagógico pensando no aluno que tem e em que tipo de cidadão pretende transformá-lo, assume responsabilidades e reflete acerca de suas ações transformando a escola num lugar de realização plena do fazer educativo (NASCIMENTO; NASCIMENTO; LIMA, 2020, p. 122).

Conforme o apontamento de Libâneo (2004), o PPP vai caracterizar todas as diretrizes e planos de ação que ocorrem no processo educativo no ambiente escolar, responsável por expressar princípios éticos, morais e deve estar adequado a atender as demandas do seu público-alvo.

(...) todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2002, p. 13).

O Projeto Político-Pedagógico surge no Brasil na década de 1980, até então o planejamento educacional era padronizado. Todo esse processo de autonomia das escolas foi tomando forma a partir da Constituição de 1988, já em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), conforme consta no Artigo 15: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996).

No Artigo 12 é assegurada a autoridade da escola na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, autonomia administrativa de seu pessoal e recursos, assegurar o cumprimento de todos os dias letivos, envolvimento com as famílias e comunidade criando uma integração com a escola, velar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes. Já o Artigo 13 é onde são listadas as obrigações dos docentes.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Com isso, o PPP deve refletir a forma como a instituição compreende a realidade social sob uma ótica humanizada relacionada com o desenvolvimento de seus integrantes – corpo docente e discente. Segundo Nascimento (2020) o PPP deve contemplar os seguintes pontos:

(...) enquanto instrumento orientador do fazer escolar deve conter objetivos, metas e ações que tragam, implicitamente, reflexões aprofundadas sobre a finalidade da instituição, sua função social e as escolhas teórico metodológicas da sua trajetória cotidiana, partindo de ações necessárias à concepção transformadora da realidade,

objetivando alterações nas práticas conservadoras e tradicionalistas que vigoram no sistema público de ensino. Essas ações devem ser desenvolvidas pela escola e alicerçadas na busca pela qualidade do ensino e melhoria dos resultados de aprendizagem, tendo como meta a formação de indivíduos críticos e atuantes no meio social. (NASCIMENTO; NASCIMENTO; LIMA, 2020, p. 124)

O projeto pedagógico é um marco de como uma ação educativa com engajamento de toda a comunidade escolar pode provocar mudanças significativas e profundas no cenário educacional nacional. Freitas (2009) enfatiza que o projeto pedagógico é um instrumento de compromisso público e gestão que deve ser utilizado como referência dentro da escola, sintetizando como a escola deve funcionar, sob quais condições, além de ter a função de mostrar os compromissos que a escola possui.

Se faz necessário frisar que a escola é um ambiente educacional onde deve ocorrer a troca e busca de conhecimento com o intuito de formar o aluno em sua totalidade de maneira plural e inclusiva onde: "...ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2003, p. 47).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de verificar os elementos que devem compor o PPP, a importância que esse documento possui e quais os aspectos dele deve abordar, será realizada a análise do Projeto Político- Pedagógico da Escola Municipal Rachel Mäder Gonçalves que é o objeto de estudo deste artigo.

O documento apresenta as informações de identificação da escola, equipe gestora, caracterização da escola, histórico, atos normativos da criação e denominação da escola, histórico institucional, espaços existentes na escola, caracterização do entorno, um diagnóstico do contexto econômico e histórico-cultural da comunidade que está inserida. Também trata sobre a como o tempo escolar é organizado, qual o tempo de permanência, organização do planejamento, avaliações e acompanhamento pedagógico.

Em relação aos profissionais, faz a caracterização dos mesmos, qual a formação inicial dos professores, plano de desenvolvimento profissional. Aborda os pontos referentes ao regime escolar com as etapas e modalidades ofertadas, com o calendário escolar dos dias letivos e carga horária anual. Também consta a matriz curricular com as turmas e horários da EI, EF, EJA e EE.

Aborda os princípios e fins da instituição, da gestão escolar, quais órgãos colegiados fazem parte da instituição (conselho da escola, Grêmios, conselho de classe), organiza o trabalho

pedagógico da instituição, sistema de avaliações, os processos necessários que regulam a vida escolar, sistema de classificação e reclassificação dos alunos.

Além de apontar o sistema de avaliação da instituição, quais os objetivos de cada etapa e a forma em que eles são organizados. Referente ao Ensino Fundamental, coloca a educação em tempo integral, as práticas educativas e oficinas pedagógicas utilizadas. Fora todos esses pontos, o documento também aborda programas e projetos existentes na escola e como deve ser organizada a alimentação dos alunos.

Todos os pontos que foram citados acima, correspondem com todos os critérios vistos como obrigatórios na composição do Projeto Político-Pedagógico, portanto o documento da escola está de acordo com aquilo que é previsto por lei.

O ponto que será abordado é como dentro do PPP tem uma descrição bem detalhada do perfil dos alunos que estão matriculados na escola, no núcleo familiar, levando esses pontos em consideração a escola pode traçar um perfil completo das famílias e com isso desenvolver projetos sociais que amparem e atendam a comunidade em que está inserida da melhor forma possível.

Para isso, será necessário contextualizar alguns pontos referentes à escola e sobre a pessoa que leva o nome que a instituição homenageia. A Seguinte escola foi fundada no ano de 2004, sendo nomeada para homenagear a assistente social dona Rachel Mader Gonçalves, falecida em 2001 aos 78 anos, que atendia a região com projetos sociais, assistencialismo a pessoas carentes e de baixa renda, onde observava as necessidades da comunidade e da população. Conforme o PPP da instituição de ensino, “A Escola Municipal Rachel Mäder Gonçalves - Educação Infantil e Ensino Fundamental está localizada no Bairro Uberaba, mais precisamente no Jardim Irai, uma área formada por famílias de baixa renda e trabalhadoras.” Observa-se a necessidade em criar um espaço acolhedor e que buscase atingir a população de forma eficaz. Ainda no PPP (2023):

Fazendo parte da comunidade, é fundamental que a Escola conheça o contexto social de sua vizinhança e da clientela a que serve. Apesar de óbvia, nem sempre essa percepção é alcançada pelas unidades escolares, muitas vezes absorvidas na atividade educativa como expressão de um processo burocrático e indefinido. Conhecer a comunidade em que está inserida, suas necessidades, potencialidades e expectativas, adequando a elas seu trabalho de atendimento educacional, são as únicas formas possíveis para a Escola atender às suas finalidades - formar cidadãos, conscientes e capazes, fornecendo, ainda, os conteúdos e habilidades necessários à sua melhor inserção no ambiente social. (EMRMG, 2023. p. 6)

Segundo Tschoke e Rechia:

Atualmente, o que vemos é uma região com as características de loteamento, porém, com problemas de urbanização devido à ocupação irregular, entre eles a proximidade da ferrovia. Pode-se, assim, caracterizar a população residente na área pesquisada como apresentando baixa escolaridade, baixa remuneração e maior número de moradores por domicílio, destacando um peso maior de crianças e jovens, fato esse que ressalta possíveis demandas de políticas sociais específicas para estas faixas etárias (2012, p. 263, 280).

A escola Rachel Mader, idealiza ações junto à comunidade, formando parceria com a sociedade e famílias que utilizam do espaço escolar, sendo notório em seu PPP que a escola é um ambiente de aprendizagem, mas também de socialização [...] acreditam na gestão democrática associada à comunidade nas decisões escolares (2023, p. 19). A educação e a escola, tem como dever político frente à sociedade, conforme Saviani “a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política.” (1999, p. 98), sendo assim, a política educacional busca a democracia e uma educação de qualidade.

O intuito do Projeto Político Pedagógico, é trazer o ambiente escolar para comunidade, ambas trabalhando democraticamente em parceria para o desenvolvimento social do indivíduo e a necessidade da região em um espaço que pudesse atender a demanda de crianças, jovens e adultos, oportunizando autonomia e cidadania, foi criado a planos de ações que alcance esse público seguindo as normas e currículo da Rede Municipal de Curitiba.

O Plano de Ação da escola é elaborado coletivamente definindo metas, buscando ações estratégicas, traçando projetos, a partir de diagnóstico realizado. Deste modo, a escola oferta os seguintes projetos: xadrez, coral, violão, projeto de Apoio Pedagógico, Tecnologia na EJA, Curitibinhas Políglotas - Língua Inglesa. A escola também pretende ofertar outros projetos e que pretende viabilizar no decorrer do ano letivo, como: Ampliando a Proficiência de Língua Portuguesa e Matemática para 4º e 5º anos (PIBID), Alimentação Saudável, Bullying Não! Artesanato, costura e customização, Gastronomia, Manutenção de horta e jardim, Confecção de brinquedo com material reciclável e Explorando o Lego (EMRMG, 2023. p. 49).

Contudo, sabemos a importância desses planos e projetos para o desenvolvimento humano, quando é colocado no ambiente escolar a melhoria na qualidade de vida e a oportunidade de um futuro melhor para famílias carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após compreender os itens que compõem o PPP e as premissas legais foi possível analisar o Projeto da Escola Municipal Rachel Mäder. Com essas informações foi possível fazer uma leitura além do texto da documentação compreendendo o motivo por esse documento ter

uma parte tão extensa voltada à análise do perfil socioeconômico das famílias que fazem parte da comunidade escolar. Traçar esse perfil possibilita que a escola trace estratégias para atender a comunidade de uma forma além do que deve ser abordado em sala de aula.

Essa abordagem, mostra que a educação deve ser tratada não apenas com uma abordagem conteudista, mas sim uma abordagem humanizada que visa proporcionar uma melhor estrutura para as famílias tratando de questões sociais buscando uma melhor qualidade de vida, alcançando esse objetivo os resultados positivos refletirão dentro do grupo escolar como um todo e no próprio desempenho do aluno dentro de sala de aula.

Vendo a forma que a escola se preocupa em atender a comunidade local, é possível perceber que é uma forma diretamente ligada aos princípios, valores que a assistente social Rachel Mäder possuía e buscou atender enquanto trabalhava; portanto a instituição está alinhada com os mesmo valores, mostrando que a escolha do nome já reflete diretamente com o propósito da escola além de ser uma bela forma de se homenagear o legado de alguém que lutou para melhorar as condições de vida da população carente, além de manter viva a memória de uma figura que não deve cair no esquecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. **Lei 9.394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 16 de agosto de 2023.

ESCOLA MUNICIPAL RACHEL MÄDER GONÇALVES. **Projeto Político-Pedagógico - PPP**. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Curitiba, 2023.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; RIOLFI, Cláudia Rosa; GARCIA, Maria de Fátima (Org.). **Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 61-88.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIMENTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucena. O Projeto Político- Pedagógico como princípio orientador das práticas escolares. **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020**
Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/52963/30987/141923> . Acesso em 16 de agosto de 2023.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer.** 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=471027>. Acesso em 25 de agosto de 2023

SAVIANI, Dermeval, **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, São Paulo, 2007

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 263-280, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401338561002> . Acesso em 25 de agosto de 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2002.